

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Veio a público a intenção da multinacional General Electric (que adquiriu a unidade fabril da Alstom em Setúbal) de avançar com o despedimento de 200 trabalhadores, alegando nesse sentido as alterações no mercado da energia.

No entanto, as preocupações são bem mais profundas, podendo estar-se em presença de uma situação com uma expressão maior e mais grave, que pode passar pelo encerramento da unidade fabril. Assim não estarão postos em causa 200 postos de trabalho, mas cerca de 400 (somando aos trabalhadores efetivos os 227 trabalhadores que laboram diariamente na fábrica através das empresas de trabalho temporário).

Em março de 2017, o Grupo Parlamentar do PCP visitou a unidade fabril da General Electric em Setúbal. Nessa visita, a administração da empresa deu-nos uma perspetiva de desenvolvimento e até de duplicação da sua capacidade de produção, a qual incluía a aquisição de equipamentos e a contratação de trabalhadores. É no mínimo de estranhar que, oito meses depois, as perspetivas se tenham alterado tão significativamente.

Veio também a público que a Alstom recebeu incentivos para investir na unidade fabril de Setúbal. Um órgão de comunicação social refere o contrato foi resolvido pelo Governo, por incumprimento pela empresa dos objetivos e das obrigações a que estavam vinculados, entre eles a não criação dos postos de trabalho previstos. Acrescenta ainda que “a empresa francesa de infraestruturas tem de devolver os incentivos financeiros que recebeu, a partir de 2013, para construir e equipar uma nova unidade fabril em Setúbal”.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao Governo os seguintes esclarecimentos:

1. Qual o montante dos apoios do Estado à General Electrics (ex-Alstom)?
2. Segundo veio a público, a empresa terá de devolver a verba ao Estado. Qual o ponto de situação relativamente a esta matéria?

3. Quais as obrigações que a empresa assumiu na contratualização com o Estado? E quais as que não foram cumpridas pela empresa?
4. Que medidas vai o Governo tomar para garantir a laboração desta empresa?

Palácio de São Bento, 21 de dezembro de 2017

Deputado(a)s

PAULA SANTOS(PCP)

FRANCISCO LOPES(PCP)

BRUNO DIAS(PCP)